



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 94/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR FERNANDO SAMPAIO, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA TRÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. (03-08-2022).

Ao terceiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, quarta-feira, às nove horas e cinco minutos, foi realizada reunião por videoconferência atendendo ao **Requerimento Nº. 94/2022**, para tratar sobre proposta de pagamento do décimo quarto salário a todos os servidores da Secretaria de Educação que não são contemplados pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) em vigor, conforme indicação protocolada nesta Casa de Leis sob no dois mil, oitocentos e cinquenta e seis, de dois mil e vinte um, de autoria do mesmo e aprovada no dia sete de fevereiro de dois mil e vinte dois. **Participaram da reunião:** Os vereadores Fernando Sampaio, Marcelo Macedo e Ediraldo Ramos. **Registraram presença:** a Secretária Municipal de Administração, Sra. Arlinda Coelho e a Secretária Municipal de Educação, Sra. Carlene Almeida. **ABERTURA:** 'Em nome de Deus e do povo Marianense' o Vereador Fernando Sampaio deu início aos trabalhos cumprimentando os participantes da reunião, agradeceu a presença de todos, descreveu o motivo da reunião e passou a palavra para as secretárias se manifestarem. Com a palavra, a Secretária de Educação, Sra. Carlene Almeida disse que os dois PCCVs são complexos e divergentes, que a Secretaria de Educação trabalha para que haja isonomia para todas as categorias, mas que a lei foi aprovada sem o direito ao décimo quarto salário para todos os servidores e se deve verificar todo o trâmite legal e financeiro da Prefeitura para implementação desse benefício. Em seguida, o Vereador Fernando Sampaio perguntou se a mesma teria noção do impacto financeiro para implantar o pagamento do décimo quarto salário para todos. Sendo respondido que hoje no PCCV cento e trinta e nove temos quatrocentos e dezessete servidores recebendo o décimo quarto salário e no PCCV cento e noventa e quatro temos entre professores e monitores, cento e sessenta e quatro servidores que não recebem esse provento. Disse ainda, que tem um quadro de contratados pelo novo concurso público que entrarão como efetivo, que também devem ser incluídos neste levantamento. Continuando, Fernando Sampaio disse que provavelmente o impacto financeiro deve ser menor que o outro plano, de quatrocentos mil a quinhentos mil Reais, pois o valor dos salários dos monitores é bem inferior aos salários dos professores. Questionou a quantidade de monitores e professores nesse plano. A Sra. Carlene respondeu dizendo que são sessenta e dois monitores de creches, sessenta e nove monitores de ensino especial e oitenta e cinco professores. Disse também que tem que ser feito o estudo e levantamento do impacto financeiro por salários de cada categoria. Em seguida, o Vereador Fernando Sampaio disse que o ideal seria um plano único, que o erro aconteceu lá em dois mil e quatorze quando fizeram um plano onde contemplava uma classe e esqueceram da outra. O plano deveria ser bom para todos, até por isonomia, nos dois planos, deveria ter sido contemplado o pagamento do décimo quarto salário. A Secretária, Sra. Carlene concordou dizendo que o certo seria que todos que façam a mesma função tenham os mesmos salários e direitos, só que existem dois PCCVs e que infelizmente temos que conviver com esses casos avulsos. Afirma que no atual cenário são cento e sessenta e quatro servidores no PCCV cento e noventa e quatro, mas a partir do momento que forem empossados os novos servidores, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

concurso público que foi realizado recentemente, nós iremos deparar com um novo cenário. Seguindo, o Vereador Fernando comentou que outra coisa injusta no PCCV que 'prejudica a classe é a VP', que penaliza quem está sendo atualmente contratado, pois exercerão a mesma função e receberão bem menos, desta forma, essa alteração poderia ser estudada, dado que, na época foi colocada no PCCV em momento de crise financeira do Município, mas que agora poderia ser revisto. Em resposta, a Sra. Carlene disse que se for analisar o que um PCCV atende e o outro não, teria que ajustar muita coisa, talvez pensar num outro plano de carreira, e fazer um plano só. Com a palavra, a Secretária de Administração Arlinda Coelho salientou que além da questão financeira, para não ser injusto, deve-se averiguar outras questões. Quando o Município instituiu o PCCV em dois mil e dezenove, ele oportunizou aos novos ingressantes de cargos públicos, que teriam perspectiva de carreira, o que não existia para quem passou em concurso em anos anteriores. Declara que "hoje quem for ingressar com possibilidade de promoção vertical mediante titulação, progressão horizontal até a carreira O, que não existia, criando uma perspectiva de carreira ao longo de trinta e cinco anos". Continuando, a Sra. Arlinda disse concordar com as adequações no plano, dando a todos os servidores os mesmos benefícios, mas isso deve ser avaliado com cautela, conforme a Sra. Carlene expôs que hoje temos poucos servidores regidos pelo plano cento e noventa e quatro, mas, a partir do concurso público, gerido pelo Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) com Ministério Público que regulariza o quadro de contratação temporária, diversos outros servidores serão empossados. Então, além do que foi ofertado no edital, vai ter um número maior de posses ao longo dos dois anos, salientado a preocupação das demais categorias. Disserta que é louvável o requerimento do Vereador, porém destacou novamente que deve-se avaliar com cautela a concessão de benefícios que implica no aumento da folha e que possa causar algum tipo de distorção. Acredita na necessidade de equiparar a categoria da Educação, mas é um estudo que tem de ser realizado a longo prazo, justamente em função deste concurso público que vai prover vários cargos na Secretaria. Disse que irão fazer o levantamento, em contrapartida, ressaltou ser um estudo de longo prazo, pois trata-se de um plano de carreira como um todo, de todas as categorias e servidores do Município. O Vereador Fernando questionou se dá para pagar o décimo quarto salário com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), sendo respondido pela Sra. Carlene que o dinheiro do FUNDEB não consegue pagar toda a folha da Educação, que parte desse pagamento é realizado com recursos próprios. Com a palavra, o Vereador Fernando supôs que com relação ao estudo de viabilidade, acredita que a Sra. Carlene já tenha quantidade das vagas abertas para contratação, o que ela precisará para cada área. Expressou que devido às obras do Novo Bento e Paracatu, houve um acréscimo nas matrículas das escolas municipais, que diminuirá quando forem concluídas. Em seguida, a Sra. Carlene confirmou essa oscilação nas matrículas, pois o Município vem recebendo muitos alunos de outras localidades, devido a pandemia muitos alunos migraram do ensino privado para o público, tornando difícil o levantamento preciso. Sugeriu um estudo minucioso, em conjunto as Secretarias de Administração e Planejamento, evitando empossar servidor sem a existência de vaga. Complementando, o vereador Fernando concordou ser necessário análise, visto que após empossado, mesmo a lei permitindo, torna-se difícil a destituição do servidor. Seguindo, perguntou



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

com quanto tempo a Sra. Carlene precisaria para o levantamento da quantidade das vagas de servidores que o município tem em aberto. Em resposta, a Sra. Carlene afirmou que sem considerar posse do concurso público, tem-se cento e sessenta e quatro servidores para receber o décimo quarto salário, em isonomia do PCCV cento e noventa e quatro. Um levantamento incluindo vagas ofertadas no concurso público e matrículas futuras, precisaria de um prazo maior para se apurar, pois tem-se um público flutuante que só poderá ser verificado em novembro. O Vereador Fernando idealiza aprovar a lei este ano para dar o direito ao professor de receber o décimo quarto salário desde o princípio do ano de dois mil e vinte três, para isso, se torna necessário percepção do impacto orçamentário. Segundo a Sra. Carlene, com o levantamento existente, somado a listagem do concurso público, ela teria uma noção da quantidade de vagas necessárias. Que até o final do mês de agosto do corrente ano ela entrega esse levantamento para apuração do impacto. Com a Palavra o Vereador Marcelo Macedo salientou que o assunto é de suma importância para o servidor público, aguardará a entrega desse levantamento, assim, na próxima reunião contribuirá com sugestões para que o benefício possa atingir a todos os servidores. Com a palavra, o Vereador Edraldo Ramos declarou que com a melhora da situação financeira do Município, considera justo os servidores receberem esse benefício e dará total apoio na causa. Finalizando, definiram que a Sra. Carlene fará o levantamento das vagas e encaminhará os dados para a Secretaria de Administração apurar o impacto financeiro. Então será agendada nova reunião. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada a tratar, "em nome de Deus e do povo Marianense", o Vereador Fernando Sampaio encerrou a reunião às nove horas e trinta e nove minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada: